

MORAL CÍVICA E SACANAGEM NOS TEMPOS DA DITADURA: UM OLHAR SOBRE O FILME A DAMA DO LOTAÇÃO

Jefferson Mateus Ribeiro¹

Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)

Jefferson_odd@hotmail.com

Felipe Caetano dos Santos²

Universidade Estadual da Paraíba(UEPB)

Caetanod.santos@hotmail.com

Carlos Adriano Ferreira de Lima (Orientador)

Introdução

A discussão apresentada no trabalho em questão é resultado das pesquisas ainda em andamento do projeto de extensão “Uma ditadura (in)decente: sexo, censura e poder do cinema brasileiro(1964-1988)” desenvolvido na Universidade Estadual da Paraíba, sob coordenação do Professor Carlos Adriano Ferreira de Lima, com base na documentação disponibilizada no projeto Memória do Cinema Brasileiro (www.memoriacinebr.com.br) sob coordenação de Leonor E. de Souza Pinto.

A pesquisa desenvolvida, embora centrada no período da ditadura, não se propõe unicamente a fazer uma discussão em torno das medidas repressoras impostas politicamente, mas em trazer a tona uma discussão em torno da conduta moral dos cidadãos da época, que passam a legitimar algumas das ações ditatoriais instauradas, principalmente em torno do cinema pornográfico do período, que passa por uma efervescência singular, considerando a alta produção de filmes do gênero diante de um cenário de total proibição a tudo que ferisse um modelo de sociedade digna e “democrática”, uma sociedade que seria centrada em torno da moral e dos bons costumes, ou mais especificamente dos dogmas cristãos, que era no que se baseava o conceito de família “correta”.

¹ Graduando da UEPB. Aluno Bolsista do projeto de extensão: “Uma ditadura (in)decente: sexo, censura e poder do cinema brasileiro(1964-1988)”.

² Graduando da UEPB. Pesquisado voluntário do projeto de extensão “Uma ditadura (in)decente: sexo, censura e poder do cinema brasileiro(1964-1988)”.

Para tanto, este trabalho se propõe a analisar o filme “A dama do loteamento”(1976), uma obra cinematográfica de grande sucesso, que como muitos outros filmes do gênero sofreu ataques de vários setores conservadores da época, seja dos censores, representando a repressão do estado, ou da própria população, através do protesto em forma de carta de uma cidadã indignada com o conteúdo do filme. A análise tem como base, a leitura analítica de pareceres, cartas de censura, pedidos de revisão dos processos, lista de cortes requeridos, além de matérias de imprensa da época. Logo, com a problematização das fontes documentais em questão, podemos perceber que o teor destes pareceres está muito mais ligado a uma preservação dos pudores, que necessariamente uma repressão ligada a política predominante na época.

Desenvolvimento

O conceito de censura que está implícito na sociedade atual, advindo da ditadura militar de 1964, nem sempre existiu no Brasil desta forma, no “período pré-golpe, a censura restringe-se a classificar os filmes por faixa etária” (PINTO, 2005). Então o que se podia perceber é que a censura da época era uma forma de classificação etária que não tinha vinculação direta com estado e nem tinha como suas atribuições os cortes nos filmes.

Com o golpe militar “a censura é reorganizada e num primeiro momento assume o papel de ferrenha defensora da moral judaico-cristã” (PINTO, 2005). Criando-se um clima de repressão, mas não unicamente político, mas sim em torno do silêncio das práticas sexuais, era então, proibido falar, ou expressar de qualquer outra forma as práticas sexuais comuns a todos em nossa sociedade. O simples ato de fazer menção a isto num filme, que possuía uma grande difusão nos meios sociais, era uma afronta ao modelo de sociedade moralista que o estado estava querendo instaurar. Conforme observamos na citação abaixo,

No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estereótipo insiste e se mostra

demasiadamente, vira anormal: receberá esse status e deverá pagar as sanções.(FOUCAULT, 1988, p.10)

Essa anormalidade citada por Foucault entrava em consonância com a representação sexual cinematográfica de cunho pornográfico. Logo, nos tempos da ditadura não se podia falar de sexo publicamente, muito menos expor isso numa sala de cinema. Expor aquilo que até então deveria ser escondido, restringido, ocultado da sociedade, dos meios públicos, sendo então, o ato sexual trancafiado a sete chaves num cubículo onde não só fica o que é vergonhoso, mas também o que é necessário. A censura era a prática que legitimava a proibição daquilo que constrangia o modelo de governo atuante, vetava formas de expressão que pudesse ferir este modelo a conduta e a moral da sociedade, tornando-se a principal “ferramenta de defesa” contra os insultos a mesma. Mesmo com todos esses mecanismos de repressão, o cinema pornográfico estava sempre a apresentar novas criações e o público as apreciava em demasia, a sua maneira, este gênero passou a ganhar espaço, a adquirir sua territorialidade em maio aos demais gêneros cinematográficos. Sendo assim,

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, a inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura.(FOUCAULT, 1988, P.12)

Apesar desta conquista lenta e gradual de espaço o cinema pornográfico ainda haveria de galgar vários degraus para ser aceito na sociedade e diríamos que mesmo hoje este gênero de filme ainda é vítima de um silêncio das pessoas enquanto opinião formada em relação a tal forma de se fazer cinema.

O filme “A dama do loteação” (1976) dirigido por Neville de Almeida e baseado num conto de Nelson Rodrigues, conta a história de uma mulher que após uma núpcia traumática passa a se relacionar sexualmente com parceiros diversos encontrados nas loteações (transporte coletivo). O filme apresenta, a sua maneira várias formas de agressão a instituição familiar, ao nos apresentar uma adúltera como protagonista, além de várias situações inusitadas de sexo. A personagem, visivelmente traumatizada passa a ter uma aversão ao marido, buscando relacionar-se com desconhecidos.

Incrivelmente o filme em questão, mesmo possuindo muitas cenas de sexo, onde os personagens aparecem completamente nus, teve apenas sete cortes, sendo que originalmente haveria setenta, deste modo foi liberado para ser exibido nos cinemas de todo Brasil. Garantindo uma enorme repercussão entre o meio social, o filme que foi um sucesso de bilheteria, recebeu críticas positivas e negativas. Até mesmo causando a indignação da cidadã Amea Carvalhal, que escreve uma carta ao “então Ministro da Justiça, o Senhor Armando Ribeiro Falcão”(CALISSI, LIMA, 2009). Indignada e constrangida com o conteúdo do filme, a civil em um ato inusitado e até certo ponto surpreendente, expressa suas concepções a cerca do filme nesta carta:

Estou com tanta revolta dentro do meu coração que não resisti a vontade de lhe escrever. Será meu Deus que o mundo está realmente perdido, que nada mais tem valor, tem sentido, tem amor. Não Sr. Ministro alguém tem que zelar pela juventude, pelos princípios que norteiam a moral e o bem estar social.

Podemos então através do fragmento da carta acima citado perceber a tamanha revolta da Sra. Amea Carvalhal. Embora as características percebidas pela civil, também tenham sido ressaltadas no parecer de número 667/78

Em todo desenrolar, a película explora situações que envolvem lesbianismo, nudez, e sucessivos relacionamentos íntimos, com riquezas de detalhe. Enfatiza, principalmente, os aspectos grotescos, chocantes e insólitos de comportamento da personagem central, evidenciando-se em algumas passagens simples apelo ao erotismo.

Deste modo, a nossa pesquisa, através da análise desta documentação, revela uma moralidade que se estende a sociedade, fazendo com que o processo de censura não seja algo que se dê apenas por parte dos militares, mas através do conservadorismo da sociedade da época que se via ultrajada diante de tal trama. A carta da cidadã não é uma cobrança para que o estado mantenha a ordem política, mas sim para que mantenha engavetado tudo isto que considera amoral e que fere a ordem estabelecida, que silencia as práticas sexuais restringidas as quatro paredes de seus quartos, a sociedade neste

ímpeto de permanecer contida, quer também permanecer passiva, sexualmente, socialmente e politicamente.

Referência Bibliográfica

CALISSI, Luciana, LIMA, Carlos Adriano Ferreira de. **Moral e os bons costumes como ficam? Censura, ditadura militar e pornografia em “A Dama do Lotação”**. I Encontro de Fontes Históricas. Campina Grande. UFCG, 2009.

FOUCAULT, Michel, **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro. Editora Graal: 1988.

PINTO, Leonor E. de Souza. **(Des)caminhos da censura no cinema brasileiro: od anos de ditadura**. Disponível em: <<http://www.memoriacinibr.com.br/>>

PINTO, Leonor E. de Souza. **O cinema brasileiro face a censura imposta pelo regime militar no Brasil – 1964/1988**. Disponível em: <<http://www.memoriacinibr.com.br/>>

PINTO, Leonor E. de Souza. **Guerra tropical contra a censura**. Disponível em: <<http://www.memoriacinibr.com.br/>>

PINTO, Leonor E. de Souza. **Macunaíma: desseis anos de luta contra a censura**. Disponível em: <<http://www.memoriacinibr.com.br/>>